

Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Secretaria-Geral
Coordenadoria de Controle e Auditoria
Divisão de Auditoria

**Relatório de Atividades
da CCAUD/CSJT
Exercício 2019**

FEVEREIRO/2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS EM ATENDIMENTO AO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DO CSJT PARA 2019 E RESPECTIVOS RESULTADOS...	5
3. AÇÕES DE CONTROLE REFERENTES À EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS.....	17
4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO QUE TIVERAM A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DA CCAUD/CSJT.....	22
5. CONCLUSÃO.....	25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CCAUD/CSJT, consoante a regulamentação de suas atribuições conferida pelo Ato CSJT.GP.SG N° 307, de 23/10/2014, tem por missão precípua auxiliar o CSJT no exercício da supervisão administrativa da Justiça do Trabalho de 1° e 2° grau, bem como assistir a Presidência do CSJT nos assuntos relacionados ao controle da gestão administrativa do Órgão.

No cumprimento dessa missão, a CCAUD/CSJT executa a cada exercício o seu Plano Anual de Fiscalização, composto por um conjunto de ações que objetivam examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos atos de gestão praticados no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

As ações a cargo da Coordenadoria de Controle e Auditoria compreendem a realização de diversas modalidades de atividades de controle, entre as quais se destacam:

1. Auditorias (*in loco* ou sistêmicas), ações coordenadas de auditoria e monitoramentos de decisões do CSJT. Essas atividades se caracterizam por avaliar temas específicos da gestão das unidades da Justiça do Trabalho de 1° e 2° grau e do CSJT;
2. Análises dos projetos de obras públicas e de aquisições de imóveis de interesse dos Tribunais Regionais do Trabalho. Tais exames verificam a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

adequação desses projetos aos termos da Resolução CSJT n.º 70/2010, o que inclui, especialmente, o exame da razoabilidade dos custos previstos;

3. Pareceres técnicos em temas afetos ao controle. Essa atividade ocorre por demanda, sempre quando requeridos pela Presidência, pelos Conselheiros ou pela Secretaria-Geral do CSJT.

As atividades de controle mencionadas nos itens 1 e 2 são previamente planejadas e realizadas anualmente, de acordo com o estabelecido no Plano Anual de Fiscalização aprovado pela Presidência do CSJT. Para 2019, o Plano Anual de Fiscalização (PAF) do Conselho Superior de Justiça do Trabalho foi autorizado por meio do Ato CSJT.GP.SG N° 311, de 19/12/2018, alterado pelo Ato CSJT.GP.SG N° 41, de 28/2/2019, e pelo Ato CSJT.GP.SG N° 71, de 4/4/2019.

Os Planos Anuais de Fiscalização seguem as diretrizes fixadas no Plano Diretor de Fiscalização do CSJT, o qual, para o triênio 2018-2020, foi aprovado pelo Ato CSJT.GP.SG N° 319, de 10/11/2017.

Além dessas atividades, cujo traço marcante é o prévio planejamento, há outra importante vertente do trabalho desenvolvido por esta Coordenadoria, consoante citado no item 3 acima, que é a de emitir pareceres para atender a requerimentos da Presidência, dos Conselheiros e da Secretaria-Geral do CSJT, os quais, pela generalidade dos temas e excepcionalidade das situações que os provocam, não são passíveis de registro antecipado em documento que consubstancie seu planejamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2. AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS EM ATENDIMENTO AO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DO CSJT PARA 2019 E RESPECTIVOS RESULTADOS

Em 2019, no cumprimento ao respectivo Plano Anual de Fiscalização, realizaram-se variadas ações de controle, que serão detalhadas a seguir.

Uma característica marcante da atuação das unidades de auditoria é a busca pela máxima efetividade de sua intervenção, de forma que a gestão administrativa objeto da auditoria seja de fato aprimorada, notadamente por meio do ganho de eficiência ou economicidade.

Dessa forma, além de simplesmente serem descritas as ações executadas, serão apresentados os resultados alcançados, alguns dos quais, inclusive, servem para alimentar indicadores estratégicos do CSJT.

I. AUDITORIAS *IN LOCO*

No exercício de 2019, foram realizadas ou concluídas **cinco** auditorias *in loco* em Tribunais Regionais do Trabalho, as quais examinaram três áreas da gestão: tecnologia da informação, administrativa e obras.

Nesses termos, uma auditoria *in loco* que havia sido iniciada em 2018, por estar prevista no Plano Anual de Fiscalização daquele exercício (ATO CSJT.GP.SG N° 333/2017, foi concluída e outras quatro auditorias *in loco* previstas no Plano Anual de Fiscalização de 2019 (ATO CSJT.GP.SG N°



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

311/2018) foram plenamente executadas.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	ÁREA DE EXAME DE AUDITORIA	PERÍODO DA INSPEÇÃO
TRT da 11ª Região/AM-RR	Gestão de Tecnologia da Informação	1º a 5 de outubro de 2018
TRT da 23ª Região/MT	Gestão Administrativa Gestão de Tecnologia da Informação	25 de fevereiro a 1º de março de 2019
TRT da 15ª Região Campinas/SP	Gestão Administrativa	27 a 31 de maio de 2019
TRT da 1ª Região/RJ	Gestão de Obras	-

a) Auditorias de gestão de tecnologia da informação

As auditorias realizadas na área de gestão de tecnologia da informação envolveram os TRTs da 11ª e 23ª Regiões.

Como resultado dessa atuação, destacam-se o volume de recursos fiscalizados e os principais aspectos da gestão a serem corrigidos ou aprimorados.

RECURSOS FISCALIZADOS	R\$ 14.771.723,26
ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS	Aprimorar o planejamento das contratações, com ênfase na elaboração de estudos técnicos preliminares completos;
	Promover a instrução preparatória à coparticipação em registros de preços, com a aprovação da autoridade competente;
	Promover a formalização dos termos contratuais;
	Estabelecer processo de trabalho para a gestão de processos críticos de TI;
	Estabelecer processo de trabalho para a gestão de segurança da informação;
	Aprimorar os controles para garantir a efetiva utilização de equipamentos e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

soluções de TI adquiridos.

b) Auditorias de gestão administrativa

As auditorias na área de gestão administrativa envolveram os TRTs da 15^a e 23^a Regiões.

Como resultado dessa atuação, destacam-se o volume de recursos fiscalizados e os principais aspectos da gestão a serem corrigidos ou aprimorados.

RECURSOS FISCALIZADOS	R\$ 334.128.016,74
ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS	Regulamentar o processo de elaboração, acompanhamento, aferição de resultados e revisão dos planos institucionais e do modelo de gestão estratégica institucional;
	Promover o alinhamento da estratégia do TRT com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
	Elaborar Plano Diretor de Aquisições;
	Aprimorar a gestão das contratações, com ênfase na fase de planejamento, definição dos modelos de contratação, elaboração dos termos de referência, elaboração dos editais e fiscalização contratual;
	Aprimorar a gestão patrimonial, com ênfase na segurança, guarda, controle e desfazimento dos bens;
	Aprimorar a instrução dos processos relativos à concessão de diárias.

c) Auditoria de gestão de obras

No que se refere à gestão de obras, foram auditadas as obras de reforma do Edifício Darcy Vargas e da fachada do Edifício-Sede, ambas do TRT da 1^a Região, com o objetivo de avaliar os atos e procedimentos adotados pela Corte Regional quanto ao planejamento e ao gerenciamento orçamentário de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

projetos relativos a obras e aquisições de imóveis, bem como examinar o andamento da execução física das aludidas obras.

Como resultado dessa atuação, destacam-se o volume de recursos fiscalizados e os principais aspectos da gestão a serem corrigidos ou aprimorados.

RECURSOS FISCALIZADOS	R\$ 30.014.255,82
ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS	Aprimorar o planejamento dos projetos de obras e aquisições de imóveis, mediante a inclusão de critérios da Resolução CSJT n.º 70/2010 na planilha de avaliação técnica adotada;
	Promover o alinhamento entre o Plano Plurianual de Obras aprovado e o resultado das avaliações técnicas;
	Promover e correlação temporal entre as previsões nos Planos Plurianuais de Obras e as alocações iniciais nas Leis Orçamentárias Anuais;
	Abster-se de promover a alocação de recursos orçamentários em valores consideravelmente superiores aos previstos nos projetos;
	Realizar o desdobramento das iniciativas relacionadas a obras e aquisições de imóveis em projeto estratégico;
	Compatibilizar os compromissos contratuais assumidos para execução das obras ao limite de pagamento disponível ao Tribunal por força da Emenda Constitucional n.º 95/2016.

II. Auditorias Sistêmicas

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com vistas ao cumprimento de deliberação do Tribunal de Contas da União consignada no Acórdão n.º 1993/2014 - Plenário, está desenvolvendo e implantando, em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho, um sistema unificado e integrado de gestão de pessoas para a Justiça do Trabalho, denominado Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (SIGEP-JT).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em função da importância estratégica desse sistema, que será responsável pela gestão de pagamentos na ordem de R\$ 16 bilhões por ano, **encontra-se em andamento** auditoria com o objetivo de avaliar os dois principais projetos que compõem o SIGEP, quais sejam: "Módulo Principal" e "FolhaWeb".

Trata-se da segunda etapa desta auditoria sistêmica, que se iniciou em 2018.

Ressalta-se que a primeira etapa da auditoria sistêmica identificou uma série de falhas na estrutura de governança do programa SIGEP e na supervisão exercida pelo CSJT, bem como atrasos no desenvolvimento e entrega de diversos módulos, o que impediu a avaliação funcional do sistema naquele exercício.

A auditoria conta com uma equipe multidisciplinar, composta por três auditores da SAGPES e dois auditores da SAGTIC. Os trabalhos de análise documental, entrevistas e inspeções foram desenvolvidos de março a novembro de 2019. Foram inspecionados o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, gerente do projeto "FolhaWeb", o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, gerente do projeto "Módulo Principal" e Coordenador Técnico do Programa SIGEP, e o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o primeiro tribunal a estar com o SIGEP-JT em operação.

Os resultados apurados estão em caráter preliminar, uma vez que, no momento, analisam-se as manifestações apresentadas pelos auditados acerca das constatações de auditoria. Após essa análise, será elaborado o relatório de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

auditoria, que será submetido à deliberação do Plenário do CSJT.

Realizou-se, também, uma auditoria sistêmica com o objetivo de apresentar os resultados das ações de controle realizadas por esta Coordenadoria, em colaboração com as Unidades de Controle Interno dos Tribunais Regionais do Trabalho, referentes ao controle do efetivo uso dos bens e serviços de Tecnologia da Informação contratados com recursos do CSJT, no período de 2014 a 2017.

Ressalta-se que essas ações de controle na área de TI revestem-se de grande relevância. Primeiramente, em vista do vultoso volume de recursos financeiros investidos pelo CSJT durante esses 4 anos, no montante de R\$ 343.981.631,35, o que requereria, por si só, a verificação da aplicação desses valores. Em segundo lugar, em função da importância de se aferir se os bens adquiridos e os serviços contratados estão sendo efetivamente utilizados e, por consequência, contribuindo para o aprimoramento da entrega de serviços informatizados na Justiça do Trabalho.

Os resultados dessa auditoria estão resumidos no quadro abaixo.

TEMA	Consolidação e avaliação dos resultados das auditorias realizadas acerca do efetivo uso, pelos TRTs, das soluções de tecnologia da informação que receberam investimentos do CSJT
BENEFÍCIOS QUANTITATIVOS	R\$ 23.540.815,73 (Montante de recursos aplicados em bens/serviços que passaram a ser efetivamente utilizados após a auditoria)
BENEFÍCIOS	Efetiva utilização dos recursos investidos em TI pelos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

QUALITATIVOS	Tribunais Regionais do Trabalho:
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELOS GESTORES	Aprimorar os processos de contratação de soluções de TI, a fim de alinhar as aquisições à efetiva necessidade e capacidade de implantação do Tribunal;
	Abster-se de comprar reserva técnica com equipamentos em garantia;
	No caso de equipamentos de uso individual, assegurar-se da concordância do usuário final com o recebimento do equipamento, por ocasião do levantamento da demanda;
	Aprimorar os controles internos referentes à fiscalização dos contratos de prestação de serviços de comunicação de dados - "Nova Rede JT";
	Incluir, periodicamente, em seus planos anuais de auditoria, ações de controle que verifiquem o efetivo uso dos recursos investidos em Tecnologia da Informação, sejam originários do orçamento do CSJT ou do próprio Tribunal.

Por fim, o Plano Anual de Fiscalização do CSJT para 2019 previu a realização de auditoria sistêmica com o escopo de avaliar a integração entre os processos de Planejamento Estratégico aplicável à Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e os de Planejamento e Orçamento Federal.

Os dados necessários ao trabalho já foram levantados e devidamente examinados. No momento, encontra-se em elaboração o relatório preliminar de auditoria, que será oportunamente encaminhado aos setores responsáveis para conhecimento e apresentação de manifestação.

III. EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO PARA SUBSIDIAR A MANIFESTAÇÃO DO PLENÁRIO DO CSJT SOBRE A APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE OBRAS E DE AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS DE INTERESSE DOS TRTS (RESOLUÇÃO CSJT N.º 70/2010)

A Resolução CSJT n.º 70/2010, em seu art. 10, estabelece que a Coordenadoria de Controle e Auditoria - com vistas a subsidiar a deliberação do Plenário do CSJT quanto à aprovação dos projetos de obras e de aquisição de imóveis da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus - emitirá parecer técnico quanto à adequação destes aos critérios da aludida resolução.

No cumprimento dessa missão, esta Coordenadoria emitiu 15 pareceres técnicos, nos termos do quadro abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	PROJETOS DE OBRAS E AQUISIÇÕES
TRT da 2ª Região/SP	Aquisição do imóvel situado na Rua Montenegro, n.º 273, Guarujá
	Aquisição imóvel situado na Avenida Santo Antônio, n.º 1.013/1.041, Jardim Bela Vista, Osasco
	Reforma do Edifício-Sede do TRT da 2ª Região
	Reforma do Edifício-Sede do TRT da 2ª Região - ar condicionado, forros, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos antigos e novos
TRT da 4ª Região/RS	Reforma da fachada do edifício-sede do TRT da 4ª Região
TRT da 5ª Região/BA	Aquisição de imóvel para abrigar a sede do TRT da 5ª Região em Salvador (Emissão de 2 pareceres)
TRT da 6ª Região/PE	Aquisição de Imóvel para abrigar o Fórum Trabalhista do Recife
TRT da 8ª Região/PA	Reforma do Fórum Trabalhista de Marabá
TRT da 9ª Região/PR	Construção do Fórum Trabalhista de Dois Vizinhos
TRT da 14ª Região/RO	Reforma de imóvel para abrigar a Escola Judicial
TRT da 16ª Região/MA	Reforma do Edifício-Sede do TRT da 16ª Região
TRT da 17ª Região/ES	Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região
TRT da 18ª Região/GO	Aquisição de imóvel para abrigar a Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás (Emissão de 2 pareceres)

Eis os resultados dessa ação:

RECURSOS FISCALIZADOS	R\$ 619.080.936,49
PRESERVAÇÃO DE	R\$ 2.043.388,52



Coordenadoria de Controle e Auditoria
Setor de Administração Federal Sul (SAFS),
Quadra 8, Conjunto A, Bloco A, Sala 513
Brasília – DF 70.070-600
Telefone: (61) 3043-7674 - Correio eletrônico: ccaud@csjt.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RECURSOS	
POSICIONAMENTO DA CCAUD	PARECERES FAVORÁVEIS: 10
	PARECERES DESFAVORÁVEIS: 5

IV. MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ACÓRDÃOS DO CSJT DECORRENTES DE AUDITORIA E DE ANÁLISE DE PROJETOS DE OBRAS E AQUISIÇÕES

Com o objetivo de garantir a efetividade das ações de controle, esta Coordenadoria tem se dedicado ao monitoramento do cumprimento, pelos TRTs e pelas Unidades do CSJT, das deliberações do CSJT decorrentes de auditoria e de análise dos projetos de obras e aquisições.

Nesse contexto, foram 65 os acórdãos que tiveram o atendimento a suas deliberações monitorado em 2019, segundo critérios de criticidade, materialidade, relevância e risco, conforme detalhamento do quadro abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	ACÓRDÃO (PROCESSO)	DATA DO ACÓRDÃO	ÁREAS
TRT da 2ª Região/SP	CSJT-A-13051-63.2017.5.90.0000	1º/3/2018	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
TRT da 3ª Região/MG	CSJT-A-6183-45.2012.5.90.0000	21/9/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	26/10/2016	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	ACÓRDÃO (PROCESSO)	DATA DO ACÓRDÃO	ÁREAS
	CSJT-A-18657-77.2014.5.90.0000	10/12/2014	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas
TRT da 4ª Região/RS	CSJT-A-4653-30.2017.5.90.0000	6/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-12102-10.2015.5.90.0000	14/10/2015	Gestão de Obras - Construção da Vara do Trabalho de Viamão
TRT da 5ª Região/BA	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	26/10/2016	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-7724-79.2013.5.90.0000	24/6/2014	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de Itapetinga
TRT da 6ª Região/PE	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-19953-66.2016.5.90.0000	7/3/2017	Gestão de Obras - Reforma e ampliação do Fórum Trabalhista de Igarassu
TRT da 7ª Região/CE	CSJT-A-8482-92.2012.5.90.0000	5/10/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-3552-89.2016.5.90.0000	10/5/2017	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-2301-65.2018.5.90.0000	5/11/2018	Gestão Administrativa
	CSJT-A-18757-32.2014.5.90.0000	14/11/2014	Gestão de Obras - Reforma do Fórum Trabalhista de Fortaleza
TRT da 8ª Região/ PA-AP	CSJT-A-18310-44.2014.5.90.0000	10/11/2014	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de Belém
TRT da 9ª Região/PR	CSJT-A-952-27.2018.5.90.0000	4/10/2018	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-1982-73.2013.5.90.0000	10/5/2013	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-5803-80.2016.5.90.0000	24/3/2016	Gestão Administrativa
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	26/10/2016	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-16001-16.2015.5.90.0000	4/12/2015	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu
	CSJT-A-13802-21.2015.5.90.0000	17/5/2016	Gestão de Obras - Construção da Vara do Trabalho de Bandeirantes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	ACÓRDÃO (PROCESSO)	DATA DO ACÓRDÃO	ÁREAS
TRT da 10ª Região/DF-TO	CSJT-A-8895-42.2011.5.90.0000	20/2/2013	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-21855-88.2015.5.90.0000	10/10/2017	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	26/10/2016	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
TRT da 11ª Região/AM-RR	CSJT-A-7401-11.2012.5.90.0000	30/11/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-5754-10.2014.5.90.0000	27/2/2015	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
TRT da 12ª Região/SC	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-8148-24.2013.5.90.0000	28/3/2014	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de Rio do Sul
	CSJT-A-20607-24.2014.5.90.0000	19/3/2015	Construção do Fórum Trabalhista de Chapecó
TRT da 13ª Região/PB	CSJT-A-15153-58.2017.5.90.0000	2/7/2018	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-15152-73.2017.5.90.0000	2/7/2018	Gestão Administrativa
	CSJT-A-8303-90.2014.5.90.0000	28/4/2015	Gestão de Obras - Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa
TRT da 14ª Região/RO-AC	CSJT-A-7581-27.2012.5.90.0000	10/9/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-21001-94.2015.5.90.0000	11/4/2014	Gestão de Obras - Reforma e Ampliação da Vara do Trabalho de Cacoal
TRT da 15ª Região/CAMPINAS	CSJT-A-13553-36.2016.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	26/10/2016	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-151-77.2016.5.90.0000	25/2/2015	Gestão de Obras - Construção da Vara do Trabalho de Porto Ferreira
TRT da 16ª Região/MA	CSJT-A-741-98.2012.5.90.0000	23/3/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-23204-29.2015.5.90.0000	4/7/2016	Gestão Administrativa
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / UF	ACÓRDÃO (PROCESSO)	DATA DO ACÓRDÃO	ÁREAS
TRT da 17ª Região/ES	CSJT-A-7052-03.2015.5.90.0000	5/5/2016	Gestão Administrativa
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
TRT da 18ª Região/GO	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	PA 501.673/2019-2	30/4/2019 despacho Presidente	Gestão de Obras - Aquisição do imóvel VT de Palmeiras de Goiás
	CSJT-A-1505-45.2016.5.90.0000	26/4/2016	Gestão de Obras - Reforma da Vara do Trabalho de Ceres
TRT da 19ª Região/AL	CSJT-A-4301-48.2012.5.90.0000	14/6/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-16404-48.2016.5.90.0000	3/5/2018	Gestão Administrativa
	CSJT-A-1453-83.2015.5.90.0000	13/11/2015	Gestão de Tecnologia da Informação
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-6654-90.2014.5.90.0000	5/3/2015	Gestão de Obras - Construção da Vara do Trabalho de Coruripe
TRT da 20ª Região/SE	CSJT-A-1503-17.2012.5.90.0000	27/4/2012	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-8001-27.2015.5.90.0000	4/12/2015	Gestão de Obras - Construção do Edifício Anexo ao Complexo da Justiça do Trabalho de Aracaju
TRT da 21ª Região/RN	CSJT-A-13705-21.2015.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
	CSJT-A-4607-75.2016.5.90.0000	14/11/2017	Gestão de Pessoas
TRT da 24ª Região/MS	CSJT-A-20408-02.2014.5.90.0000	29/3/2017	Gestão de Pessoas
TRTs	CSJT-A-8951-31.2018.5.90.0000	19/11/2018	Gestão de Pessoas e Gestão de Tecnologia da Informação Desenvolvimento e Implantação SIGEP - Etapa I



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O resultado dessa ação pode ser materializado no percentual de atendimento aferido.

Nº DE DELIBERAÇÕES MONITORADAS	493
Nº DE DELIBERAÇÕES CUMPRIDAS	354
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO	72%

3. AÇÕES DE CONTROLE REFERENTES À EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

Além de todas essas ações de controle, que constaram do Plano Anual de Fiscalização para o exercício de 2019, outras atividades foram desenvolvidas, como acontece em todos os anos, em face de necessidades decorrentes de fatos supervenientes ao planejamento, ou mesmo imprevisíveis, e, ainda, de demandas advindas da Presidência, dos Conselheiros ou da Secretaria-Geral do CSJT.

Citam-se, entre essas atividades, as seguintes:

1. Elaboração de parecer acerca da devolução ao erário de valores indevidamente recebidos por servidores ativos e inativos a título de vantagem pessoal correspondente à atualização de quintos/décimos. Ausência de quórum legal para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- juízo de julgamento do processo no TRT da 14ª Região - (CSJT-PP-586-23.2003.5.90.0000);
2. Elaboração de parecer acerca do Contrato de Cessão de Uso TRT-CAd n.º 044-2018, cujo objeto refere-se à cessão de espaço à OAB/RN no imóvel localizado na Rua São José, 19, Centro, na cidade de Macau-RN, antiga sede da 2ª Vara do Trabalho de Macau - TRT da 21ª Região - (Processo Administrativo N° 501.986/2019-4);
 3. Elaboração de parecer acerca de indícios de irregularidades nos sistemas administrativos de gestão das contratações e de pessoas - remuneração a policiais militares do Estado de Mato Grosso do Sul atuando no âmbito do TRT da 24ª Região - (Processo CSJT-A-504-54.2018.8.90.0000);
 4. Elaboração de parecer acerca da viabilidade do uso de veículos oficiais, por Diretores de Escolas Judiciais e Ouvidores, aos sábados, domingos, feriados e recessos forenses ou em horário fora do expediente de Tribunal Regional do Trabalho. Aplicabilidade da Resolução CSJT n.º 68/2010 - TRT da 9ª Região - (Processo CSJT-Cons-5853-04.2019.5.90.0000);
 5. Elaboração de parecer acerca da decisão proferida pelo TRT da 1ª Região no Recurso Administrativo 0101222.32.2018.5.01.0000. Pagamento de diferença de subsídio do cargo de Desembargador do Trabalho. Juiz de primeiro grau convocado para exercer



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

auxílio em escola judicial de segundo grau. Res. CNJ n.º 72/2009 e Res. CSJT N.º 244/2019. - TRT da 1ª Região - (Processo CSJT-PCA-6553-77.2019.5.90.0000);

6. Elaboração de informações acerca do Ofício TRT7 GP N.º 404/2018, que trata de solicitação de retificação do prazo referente ao Item 2 da proposta de encaminhamento do Relatório de Monitoramento de 2/5/2018, elaborado pela CCAUD/CSJT e homologado pelo Plenário do CSJT na sessão de 25 de setembro de 2018. Informação CCAUD N.º 010/2019 - TRT da 7ª Região - (Processo CSJT-MON-1752-55.2018.5.90.0000);
7. Elaboração de informações acerca da proposta formulada pela Coordenadoria de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação (CGGOV) com vistas a que esta Coordenadoria inclua no escopo de suas atividades o monitoramento do cumprimento da Recomendação CSJT n.º 23/2018 pelos tribunais regionais do trabalho. Informação CCAUD N.º 011/2019 - CGGOV/SETIC - (Processo Administrativo N.º 504.112/2018-6);
8. Elaboração de informações em resposta aos Ofícios TRT 17/PRESI/DIGER N.º 40/2016 e 307/2017/PRESI/SEGEPE, que tratam de solicitação do TRT da 17ª Região de consulta ao Tribunal de Contas da União, com base no disposto no art. 264 do Regimento Interno daquela Corte de Contas,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

acerca de questões relacionadas à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993). Informação CCAUD N° 045/2019 – TRT da 17ª Região – (Processo Administrativo N° 501.940/2019-4);

9. Elaboração de informações acerca do Contrato de Cessão de Uso TRT-CAd N° 044/2018, de 13/12/2018, cujo objeto refere-se à cessão de espaço à OAB/RN no imóvel localizado na Rua São José, 19, Centro, na cidade de Macau-RN, antiga sede da 2ª Vara do Trabalho de Macau. Informação CCAUD N° 052/2019 – TRT da 21ª Região – (Processo Administrativo N° 501.986/2019-4);
10. Elaboração de informações acerca Sugestão de cessão de uso de espaço público em prédios da Justiça do Trabalho para funcionamento de outros órgãos públicos, a exemplo da Defensoria Pública da União – DPU. Informação CCAUD N° 054/2019 – Ouvidoria TST/CSJT – (Ocorrência N° 296352);
11. Elaboração de informações acerca do Acórdão n.º 1216/2019 – TCU – Plenário. Consulta formulada pelo Ministro Presidente do TST/CSJT ao Tribunal de Contas da União acerca de questões relacionadas à prestação de garantia contratual de que trata a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Instrução Normativa n.º 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(MPOG), solicitada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, mediante o OFÍCIO TRT 18ª GP/DG N° 87/2016. Informação CCAUD N° 058/2019 - TRT da 18ª Região - (Processo Administrativo N° 504.975/2018-8);

12. Elaboração de informações acerca do OFÍCIO N° 969-SG do CNJ. ACÓRDÃO N° 712/2019 - TCU - Plenário. Lei n.º 13.467/2017. Medida Provisória n.º 808/2017. Medidas adotadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para adequar os contratos de prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra regidos pela jornada de 12x36 horas às alterações promovidas pela Lei n.º 13.467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Informação CCAUD N° 077/2019 - Conselho Nacional de Justiça - CNJ - (Processo Administrativo N° 503.212/2019-2);
13. Elaboração de informações acerca do Ofício n.º 184/2019GP da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná. Alteração dos parâmetros de área destinada à OAB nos fóruns da Justiça do Trabalho, sugerindo a fixação em, pelo menos, 50 m². Informação CCAUD N° 079/2019 - OAB-PR - (Processo Administrativo N° 503.611/2019-0);
14. Elaboração de informações acerca dos Ofícios TRT4 DG n.ºs 362 e 363/2019. Análise dos projetos de reforma da fachada e do 7º andar do Edifício-Sede



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

do TRT da 4ª Região, com vistas à eventual emissão de parecer técnico, em cumprimento às disposições contidas na Resolução CSJT n.º 70/2010. Informação CCAUD N° 087/2019 - TRT da 4ª Região - (Processo Administrativo N° 503.899/2019-7);

15. Elaboração de informações sobre a solicitação de informação acerca de quais sedes de Varas do Trabalho compartilham imóvel com outros órgãos públicos no Brasil, com o fim de racionalização de despesas. Informação CCAUD N° 119/2019 - Ouvidoria TST/CSJT - (Ocorrência N° 297626);
16. Elaboração de informações sobre a adequação dos sítios eletrônicos dos Tribunais Regionais do Trabalho às disposições da Resolução CSJT n.º 139/2014, que estabelece medidas para impedir ou dificultar a busca de nomes de empregados para a elaboração de "listas sujas". Informação CCAUD N° 124/2019. Processo Administrativo N° 503.034/2017-3.

4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO QUE TIVERAM A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DA CCAUD/CSJT

Em 2019, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados, a equipe de servidores desta Coordenadoria participou de várias ações de capacitação, conforme descrito na tabela abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CURSOS	CARGA HORÁRIA	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Curso Gestão Contratual de Obras Públicas	16	3	48
Curso Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho	20	16	320
Curso Auditoria Baseada em Risco - Etapa I - Segurança em Auditoria	25	9	225
Curso Auditoria Baseada em Risco - Etapa II - Risco em Auditoria	25	8	200
Curso Análise e síntese de textos	15	1	15
Curso Redação Oficial	15	1	15
Curso Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário	24	14	336
Curso Licitações Sustentáveis	28	1	28
Curso Auditoria Governamental	24	6	144
Curso Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	40	2	80
Curso de Sistemas Operacionais - Conceitos Básicos	5	1	5
Curso de Licitações e Contratos	20	1	20
Curso de Introdução ao Controle Interno	40	3	120
Curso Lei de Acesso à Informação	12	3	36
Curso Inteligência Emocional: a base para toda Liderança	8	1	8
IV Fórum de boas práticas de Auditoria e Controle Interno	22	4	88
Palestra Pintando os 7 Valores Estratégicos	2	4	8
Atenção Plena - Mindfulness	16	1	16
Curso de Ética e Administração Pública	40	2	80
Curso Direito Administrativo	24	1	24
Curso Deveres, proibições e responsabilidades do servidor público	60	1	60
Curso Gestão Pública	20	1	20
Curso Introdução ao Direito Constitucional	40	1	40
Introdução ao Estudo da Economia do setor público	40	1	40
Curso Formação de brigadistas voluntários	9	1	9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CURSOS	CARGA HORÁRIA	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Curso Gestão de Riscos no Setor Público	20	1	20
Curso Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	40	1	40
Curso Gestão da Estratégia com BSC	20	1	20
Curso Introdução à Gestão de Projetos	20	1	20
Curso Introdução à Gestão de Processos	20	1	20
Curso Elaboração do PPA 2020-2023	20	1	20
Introdução ao Orçamento Público	40	2	80
3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos	24	4	96
Curso Gestão de Processos - do levantamento à implantação	20	1	20
III Congresso Excelência em Gestão e Liderança	8	1	8
Curso Word com Macros	15	1	15
Curso Metodologia da Gestão de Riscos	24	2	48
Curso Direito Civil	41	1	41
Curso Experiência Produtiva - Como manter seu sistema de produtividade atualizado e ativo	20	1	20
TOTAL	922	106	2.478

A realização desses treinamentos teve impacto direto na qualidade e confiabilidade das auditorias realizadas em 2019, visto que os conhecimentos adquiridos puderam ser diretamente aplicados nas atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria.

Considerada a carga horária dos cursos realizados e o número de servidores participantes, verifica-se que foram alocadas um total de **2.478 horas** em treinamento da equipe durante o exercício de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

5. CONCLUSÃO

As atividades de controle realizadas por esta Coordenadoria em 2019 envolveram os Órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, Unidades Administrativas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Comitês de Governança e Gestão Instituídos pelo CSJT.

Diversos temas foram objeto de exames, consubstanciados nas áreas de Gestão de Pessoas, Gestão de Obras Públicas, Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão Administrativa.

A tabela a seguir apresenta, de forma consolidada, o volume de recursos fiscalizados e os benefícios quantitativos apurados em 2019 para cada tipo de ação de controle desenvolvida.

AÇÕES DE CONTROLE	QUANTIDADE	VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS	BENEFÍCIO QUANTITATIVO APURADO
AUDITORIAS IN LOCO	5	378.913.995,82	22.566.941,53
AUDITORIA SISTÊMICA	2	-	-
PARECERES TÉCNICOS DE OBRAS PÚBLICAS	15	619.080.936,49	2.043.388,52
MONITORAMENTOS	65	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PARECERES E INFORMAÇÕES	16	-	-
TOTAL	103	997.994.932,31	24.610.330,05

Conforme se observa, os benefícios quantitativamente mensurados alcançaram a marca de mais de **R\$ 24 milhões de reais**.

Cumprido destacar que igualmente relevantes são os benefícios qualitativos decorrentes das auditorias e dos pareceres técnicos de obras, que se materializam no aperfeiçoamento das práticas de gestão dos órgãos auditados e no desenvolvimento e/ou aprimoramento dos mecanismos de controle interno destes, o que certamente se reverterá em benefício da sociedade, por meio da melhoria das condições materiais e logísticas para a prestação jurisdicional.

Brasília, 3 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TADEU TAVERNARD LIMA

Supervisor da Seção de Auditoria de Gestão Administrativa

SONALY DE CARVALHO PENA

Supervisor da Seção de Auditoria de Gestão de Obras

RAFAEL ALMEIDA DE PAULA

Supervisor da Seção de Auditoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANA CAROLINA DOS S. MENDONÇA

Supervisora da Seção de Auditoria de Gestão de Pessoal e Benefícios



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RILSON RAMOS DE LIMA

Chefe da Divisão de Auditoria da CCAUD/CSJT

GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Coordenador de Controle e Auditoria CCAUD/CSJT